

Entrevista com Prof. Edward MacRae

Celso de Brito

Doutor em Antropologia Social e professor do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Piauí (DCieS/PPGAnt/UFPI)

Hellen Caetano

Doutoranda em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Matheus do Monte

Mestrando em Antropologia no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Piauí (PPGAnt/UFPI)

Edward John Baptista das Neves MacRae, um dos pioneiros nos estudos antropológicos sobre *Cannabis* no Brasil, concedeu esta entrevista a Celso, Hellen e Matheus via *Google Meet*. MacRae é professor aposentado de Antropologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA), atuou no Movimento *Gay* na década de 1970 e escreveu sobre esse movimento em sua tese na Universidade de São Paulo (USP). Atuou e trabalhou no Instituto de Medicina Social e de Criminologia do Estado de São Paulo (IMESC) e no Centro de Estudos e Terapia do Abuso de Drogas (CETAD/UFBA). Em ambas as instituições dedicou-se aos estudos sobre as políticas de redução de danos e o consumo de maconha. O professor MacRae é também um dos sócios-fundadores da Associação Brasileira Multidisciplinar de Estudos sobre Drogas (ABRAMD). Vê-se assim que, além de ser um pesquisador precursor das pesquisas sobre maconha no Brasil, também teve uma forte atuação política junto a órgãos públicos, colaborando em diversas ocasiões para a elaboração e a implementação

de leis sobre drogas. De forma muito atenciosa, o professor MacRae se dispôs a conversar sobre o seu percurso na Antropologia sobre as drogas, sobre desafios, dificuldades e especificidades de seu trabalho e sobre fenômenos sociais, políticos e econômicos atuais que envolvem o tema da *Cannabis* no Brasil.

A Antropologia e as pesquisas sobre maconha

CELSO, HELLEN, MATHEUS (C, H, M): Boa tarde, professor MacRae. Gostaríamos de começar perguntando como surgiu o seu interesse em estudar substâncias psicoativas e a maconha, especificamente? O que te motivou a seguir debatendo o tema?

PROF. MACRAE: Eu fiz a minha tese sobre o Movimento *Gay* – inclusive, eu participei do primeiro grupo *gay* organizado do Brasil –, desde então eu fiquei muito irritado com toda a hipocrisia que acompanha essa questão. Como todo movimento social, esse é muito fragmentado e conflitivo; inclusive, em minha tese, meu foco foi uma briga interna do próprio movimento. Digo isso porque terminei a tese esgotado pelo tema, mas eu continuava movido por um incômodo em relação à hipocrisia com que alguns temas tabus eram tratados e especialmente com aqueles que envolviam coisas que me afetavam pessoalmente. E uma outra questão que me afetava era a da maconha. Porque há muitos anos eu vinha fumando maconha, de vez em quando tomando um ácido, depois vim tomar Daime etc. Eu sempre tive interesse por substâncias, digamos, “mais visionárias”, então pensei em discutir essa questão da maconha. Queria fazer um projeto de pós-doutorado sobre a maconha, uma visão antropológica sobre ela, porque, à época, havia pouquíssimos estudos que abordassem essa questão de um ponto de vista sociocultural, do ponto de vista antropológico. Eu sou antropólogo e também tenho formação em Sociologia. Havia o trabalho de Howard Becker, da década de [19]50, que escreveu uns artigos muito bons, muito importantes, mas que raramente eram discutidos. Becker é um grande nome da Antropologia e da Sociologia americanas, se estuda um monte de coisas dele, sobretudo a Teoria do Desvio, mas os textos que ele escreveu sobre maconha, embora conhecidos, nunca eram discutidos. Aqui no Brasil, inclusive, o livro dele, que tinha dois artigos importantes sobre o tema [*Outsiders: estudos de sociologia do desvio* (BECKER, 2008)], foi traduzido, mas sem os dois artigos sobre a maconha, colocaram outros textos no lugar.

Além do trabalho de Becker, tinha também o de Gilberto Velho, que escreveu uma tese sobre o tema, mas que não estava disponível ou era de difícil acesso.

Eu consegui um exemplar, porque eu o conhecia, e ele me passou, mas a coisa toda era um grande tabu. A tese de Velho foi publicada só mais tarde. Era um tema completamente silenciado. Por um lado, tinha toda essa questão do tabu associado à ideia de que a maconha enlouquecia as pessoas, que elas “viravam vagabundas”, e a ideia bem forte de que tinha mesmo que proibir. E, por outro lado, havia questões acadêmicas, mesmo na Antropologia; quer dizer, a academia até reconhecia que era um tema de pesquisa legítimo, mas não tão relevante, já que não era uma droga suficientemente perigosa para a Ciência se preocupar. Ao contrário da cocaína ou do *crack*, cocaína injetada, esses sim eram “temas de drogas” considerados. E ainda tinha esta: quem falasse sobre maconha provavelmente era um maconheiro. Então, embora no meio acadêmico as pessoas não fossem tão horrorizadas pelos supostos “perigos da maconha”, elas achavam que era um tema de segunda importância, coisa de estudante em início de carreira, coisa de gente “pouco séria”, não é? Não era um tema visto como acadêmico de fato. A maioria das pesquisas sobre maconha era da área da Biomedicina, mas, mesmo nessa área, a maconha ainda era estudada por poucos.

Eu comecei a me interessar por isso, procurei material numa biblioteca do IMESC, de São Paulo, porque eu tinha sido informado de que lá havia um grupo que estudava drogas. Isso era antes da *internet*, em [19]86, era difícil achar esse tipo de bibliografia. Na biblioteca, também não achei absolutamente nada de interessante, porém encontrei uma conhecida que me apresentou a um superintendente do IMESC, que estava justamente procurando um pesquisador, um recém-doutor. Quer dizer, eu não achei o livro que procurava, mas achei uma bolsa de pesquisa, achei um monte de coisas interessantes. Eu me tornei o diretor do Centro de Estudos do IMESC, que é uma autarquia ligada à Secretaria de Justiça e Cidadania do Estado de São Paulo.

À época, o IMESC era um dos únicos lugares em que se discutia a questão das drogas. A equipe era, basicamente, uma psicanalista que coordenava um grupo de psicólogos que fazia atendimentos aos usuários. Mas não tinha pesquisa antropológica/sociológica. Bem, essa psicanalista saiu, e eu fiquei no lugar dela, e eu estava interessado mais especificamente na maconha. O IMESC não tinha o menor interesse por maconha, porque foi a época em que a epidemia da Aids chegava ao Brasil, e houve uma grande preocupação com os usuários de drogas injetáveis que compartilhavam seringas e infectavam parceiras e parceiros. Então, tinha esse segmento de usuários e a população prisional que mantinha práticas de sexo inseguro e consumo

de drogas injetáveis e infectavam suas esposas fora da cadeia. Essas drogas eram relevantes cientificamente porque eram vistas como a porta de entrada para o HIV, a porta para a infecção no mundo dos “decentes”, daqueles que “não mereciam morrer de Aids”. Nesse contexto, eu era chamado em reuniões para discutir questões ligadas à prevenção, basicamente prevenção à Aids e prevenção ao abuso de drogas, então eu tive uma posição muito privilegiada de estar sempre nas reuniões importantes, de discutir políticas públicas sobre drogas em São Paulo.

Depois de um tempo, fui transferido para Brasília, e lá eu conheci o professor Antonio Nery, uma pessoa muito respeitada aqui em Salvador por conta de sua atuação no mundo das drogas. Bem, é uma longa história, mas depois disso eu acabei vindo aqui para Salvador como pesquisador associado, com uma bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e fiquei trabalhando no CETAD – que é ligado à Faculdade de Medicina da UFBA.

Então, foi isso, eu comecei trabalhando com essa questão de redução de danos, e, em seguida, começou o ciclo de redução de danos, prevenção do HIV e prevenção do abuso de drogas. Meu interesse sempre foi a maconha. Eu fiz um trabalho sobre maconha quando ainda estava no IMESC, sobre o uso da maconha entre pessoas “não marginais”, ou pessoas “socialmente integradas”, como podemos chamá-las. Mais tarde, quando eu já estava aqui na Bahia, eu publiquei o livro chamado *Rodas de fumo* (MACRAE; SIMÕES, 2000). Esse foi o meu primeiro trabalho sobre maconha. Eu fiz enquanto estava em São Paulo, com a bolsa do IMESC, mas publiquei já estando na Bahia. Hoje em dia a situação mudou, a gente continua com uma série de problemas, mas o ambiente de discussão é muito mais aberto do que era naquela época. Naquela época essa questão era realmente silenciada.

Outro de meus interesses é o Santo Daime, que conheci em São Paulo. Foi uma coisa interessante, aprendi muito sobre o Brasil, inclusive viajei com o pessoal do Daime para a Europa, sabe? O Daime tem uma série de divisões, e uma delas, a que mais se expandiu, foi liderada por um curador popular lá no Acre, chamado Padrinho Sebastião – que, entre outras coisas, entendeu uma dimensão espiritual da *Cannabis* e iniciou uma devoção à planta, a chamando de Santa Maria. Para mim e para grande parte dos daimistas vindos da mesma camada social que eu venho, a Santa Maria foi uma forma de valorizar as experiências da *Cannabis*, entender que essas experiências não são só, assim, “perda de tempo” ou “coisa de maluco” ou “de quem não tem mais nada pra fazer”, de “vagabundo” etc., mas que a *Cannabis* pode

abrir um caminho espiritual, da mesma forma como o Daime. Então, eu achei isso muito interessante porque é uma dimensão, eu diria, mais “séria” da *Cannabis*, uma das coisas que sempre me haviam atraído em substâncias psicoativas. Mas, em outro momento, eu posso falar mais sobre o Daime.

C, H, M: O senhor começou falando em maconha, passou a falar de *Cannabis* e acabou falando em Santa Maria. Como é que você pensa as diferenças entre os termos e seus usos?

PROF. MACRAE: Bom, o termo “maconha” tende a ser estigmatizado por muitas pessoas, inclusive pelas pessoas do Santo Daime, que dizem “ah, não é maconha, é Santa Maria”, ou também falam “o Daime não é droga, o Daime é o Daime”. Há uma visão muito preconceituosa contra a palavra maconha, que é uma palavra de origem angolana, quimbundo. O estigma sobre o termo no Brasil vem lá do século XIX, talvez até antes disso, quando fumar maconha era uma prática dos negros, trazida da África. Então a gente vê as campanhas de estigmatização da maconha e dos negros caminhando juntas. Um livro do qual eu sou coautor, chamado *Fumo de Angola* (MACRAE; ALVES, 2016), trata dessa origem africana da prática de fumar maconha. Bem, eu tenho minhas críticas ao Daime. No fundo, eu encontro nessa predileção do termo “Santa Maria” e na inferiorização do termo “maconha” certo racismo, que não está sendo bem compreendido pelas pessoas. Maconha é negada por ser uma “coisa de nêgo”, então preferem usar o termo “*Cannabis*” ou falam em Santa Maria, não falam maconha. Digo isso a partir de minha experiência, como uma pessoa do Santo Daime, da Santa Maria. Então, da mesma forma, não me surpreende que se fale da *Cannabis* medicinal, e não da Maconha Medicinal. Provavelmente seja pela mesma razão. Maconha é coisa de maconheiro, de vagabundo, de marginal, de pessoa inconsequente, então *Cannabis* é um termo científico, que tem a ver com a medicina.

C, H, M: Mas, em seus escritos, aparece mais o termo “maconha”, não?

PROF. MACRAE: Depende dos lugares, mas é “maconha” que eu uso muito. Só uso “*Cannabis*” quando eu estou falando da Santa Maria, de fato, porque o pessoal do Santo Daime realmente não gosta que chame a planta de maconha, então eu não vou chamá-la assim, sabe?

C, H, M: Gostaríamos que o senhor definisse o que chama de “questão das drogas”. Qual seria a questão das drogas atualmente?

PROF. MACRAE: Sim, a ideia inicial, de uma forma muito solta, é inspirada por Foucault. A velha questão das drogas, não estou querendo entrar numa grande discussão foucaultiana, mas seria mais ou menos o equivalente do dispositivo da sexualidade, sabe? É uma maneira de enxergar o tema a partir da dimensão do controle, não é? Um pouco como ocorre com a sexualidade. Diz-se que pode haver uma sexualidade doentia. E, de um outro modo, temos a questão das drogas, pois temos muitas perguntas, e é melhor a gente ficar pensando nas perguntas do que nas respostas que são oferecidas por aí. As respostas são, muitas vezes, bem ruins. Então, a questão das drogas se refere a ver o tema sempre como um questionamento, que ainda não foi resolvido. É por isso que eu gosto da ideia da questão das drogas.

C, H, M: Um dos capítulos do livro *A questão das drogas* (MACRAE, 2021) chama-se “Confissões de um antropólogo fumador de maconha”. Pegando esse gancho com o seu último livro, intitulado *Pesquisa de verdade ou pesquisa de boca* (MACRAE; MEDEIROS; ALENCAR, 2023), no qual o senhor escreve sobre questões éticas e metodológicas na pesquisa sobre maconha, qual seria a implicação na pesquisa, quando é feita por antropóloga que fuma maconha?

PROF. MACRAE: Bom, hoje em dia é hipernormal, além de reconhecida a legitimidade. Às vezes, parece mesmo haver certa exigência de que o pesquisador fume, principalmente quando levamos em conta o debate sobre o “lugar de fala”. Então, “só mulher pode falar sobre mulher”, “só negros podem falar sobre negros” etc. Eu não acho que haja necessidade de ficar justificando. O maconheiro é que nem outro cidadão qualquer, ele tem as mesmas possibilidades que tem outro cidadão de realizar uma pesquisa, porém ele pode falar desde um ponto de vista do qual, até um tempo atrás, pelo menos, as pesquisas médicas não poderiam. Um pesquisador fumador realmente tem mais acesso, está muito próximo dos usuários, da cultura deles. Então, é absurdamente normal hoje em dia as pessoas fazerem pesquisas mais ou menos sobre o seu próprio grupo. Mas é verdade que eu pertencço a um monte de grupos, não vou me reduzir a isso. Um deles é o grupo de pessoas que usam a maconha de uma forma social.

Na época em que publicamos o livro *Rodas de fumo* (MACRAE; SIMÕES, 2000), havia aquelas pessoas que você percebia que fumavam. Eram pessoas diferentes, meio especiais, e com quem você já simpatizava e sabia que tinha muitas afinidades, muitas coisas em comum com elas. Hoje em dia, há tantos tipos diferentes de usuários de maconha. Tem maconheiro de direita, tem de tudo.

Então, não é mais possível identificar e associar o consumo de maconha necessariamente com uma posição progressista ou de contestação, como me parecia ser o caso antigamente. Tem a questão da cultura da maconha, que está bem generalizada, mesmo entre pessoas que não usam maconha, mas consomem produtos em bancas de tabacaria que vendem revistas sobre o tema, como tabaco e seda. Se tem, é porque deve vender. É diferente do que ocorria na década de [19]80, de [19]70; hoje existe um conhecimento generalizado sobre a planta que, naquela época, não era tão disseminado. Muita gente não sabia nem que se fumava maconha, pensavam que era injetável ou sei lá o quê... Hoje em dia todo mundo já está careca de saber essas coisas, o usuário e o não usuário. Então, tem uma cultura com a qual a pessoa pode se identificar, sem necessariamente se identificar com um tipo de usuário específico.

C, H, M: Quais seriam a especificidade e a relevância da abordagem antropológica nessas pesquisas sobre maconha?

PROF. MACRAE: Sim! Porque, hoje em dia, o modelo de compreensão do uso de substâncias psicoativas parte de uma visão tripartite, biopsicossocial. Até pouco tempo atrás, até uns 30 anos atrás, quem detinha toda a autoridade, o “discurso competente” sobre drogas, eram os médicos. Médicos, farmacêuticos, esse pessoal da biomedicina. Um pouco também os psicólogos, embora as pessoas achassem realmente a medicina mais importante, mais “séria”, além, é claro, da polícia, uma visão sociocultural voltada à repressão.

Eu tenho tentado mostrar outros aspectos socioculturais atrelados a esse modelo biopsicossocial, e não é invenção minha. Para entender o uso de drogas, tem que entender a dimensão fisiológica, não é? Cada droga funciona de uma forma no corpo. A dimensão psicológica, pois as pessoas vão conceber as drogas de formas diferentes, e a novidade que minha perspectiva antropológica trazia, que não fui eu que inventei, era a dimensão sociocultural, a importância do grupo e da cultura. É a cultura que vai definir os valores sobre a droga, a droga que vale a pena usar, a droga que não vale a pena usar. É a cultura que vai determinar os rituais de uso, não é? As pessoas que fumam fazem de formas bastante parecidas, bem estereotipadas. Dependendo dessas formas de consumo, haverá um tipo de efeito ou outro, e é o grupo social do qual o consumidor participa que vai definir a boa forma de consumo, a forma ruim de uso, e que também vai identificar os efeitos positivos ou negativos da substância no corpo.

Às vezes vemos aulas, em escolas, sobre prevenção. Uma pessoa fala sobre todos os efeitos da droga (um desnorteamento espaço-temporal, batimento diferente de coração, e não sei o quê) como uma coisa horrível, mas se sabe que podem ser justamente algumas dessas reações e desses efeitos que estão sendo procurados pelos consumidores. O grupo fornece a chave de entendimento e a condição de apreciação. A mesma coisa quando uma criança experimenta cerveja e acha ruim. É somente depois que ela pode começar a apreciar. Existe uma série de fatores nisso, mas um dos fatores é que você aprende com as pessoas à sua volta que cerveja é bebida em momentos de alegria. Enfim, aprende que tem cerveja de um tipo, cerveja de outros tipos etc. É a dimensão cultural apreendida pela Antropologia que eu acho que está presente no meu trabalho. Repito, eu não inventei isso, mas fiz bastante propaganda sobre isso em espaços de debate político e, mais recentemente, eu vi um monte de outras pessoas também contribuindo para ampliar esse entendimento. Essa é a importância dos fatores socioculturais para o entendimento do consumo e dos efeitos de drogas, tanto os efeitos individuais quanto os efeitos sociais.

C, H, M: Ainda no mesmo assunto, como o senhor vê a participação de antropólogos que pesquisam a maconha atualmente em relação aos debates públicos?

PROF. MACRAE: Agora estão cada vez mais participativos. Nos últimos anos têm surgido grupos de estudos, grupos de trabalho, inclusive nas reuniões da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), nas reuniões de Sociologia, são vários os espaços existentes para se discutirem essas questões para um público acadêmico ou próximo do público acadêmico. E isso acaba gerando efeitos, como o aumento de pesquisas sobre o tema. Eu agora sou professor aposentado, mas continuo dando aula na pós-graduação e tenho uma porção de jovens orientandos que estão se engajando em diferentes ações políticas ligadas à questão das drogas. Fruto dos trabalhos de pesquisadores.

Debates atuais sobre a maconha no Brasil

C, H, M: Como o senhor vê agora esse debate da revisão do Artigo 28 da Lei das Drogas e esse embate entre o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal (STF)?

PROF. MACRAE: A repressão à maconha dá justificativa ao genocídio da juventude negra, essas coisas todas. Isso é o tipo de coisa que a gente vem apontando, mas que, infelizmente, o Senado está indo na contramão. Estamos conseguindo

fazer com que a sociedade pense um pouco mais amplamente, e os políticos no poder insistem na posição repressiva e obscurantista da questão, é impressionante! Mas acho que é um reflexo do que aconteceu em 2016, do golpe contra a presidenta Dilma, ou até mesmo de antes, com o fortalecimento da direita junto a esse “atijamento” de grupos evangélicos.

Mas eu acho que hoje, apesar de você ter grupos tão reacionários no poder, já conseguimos criar uma certa massa crítica, que não existia em décadas anteriores. Mas, hoje em dia, você já tem a Marcha da Maconha, que é enorme lá em São Paulo, absurdamente gigantesca. Existe toda uma cultura aí, como já disse, que está visível e disponível. Abrimos o computador e tem um monte de grupos e eventos discutindo maconha. Mesmo se quiser comprar, tem disponível. Está tudo lá. Então, vemos certo obscurantismo de um lado, mas o campo não está mais tão aberto para isso como era antigamente.

C, H, M: Sobre o que tem sido chamado de “giro terapêutico”, o senhor acha que essa fase da disseminação de informações sobre a eficácia medicinal da maconha e as conquistas jurídicas decorrentes dela impactarão as políticas proibicionistas?

PROF. MACRAE: Eu não tenho acompanhado muito essa questão da *Cannabis* medicinal, mas, pelas coisas que eu ouço, talvez de certos setores conservadores e preconceituosos, esse pessoal da *Cannabis* medicinal está muito interessado em se integrar na medicina, coisas assim. Eles não estão interessados em questionar a legislação. Não estão interessados em mudar realmente a dinâmica da questão das drogas como um todo na sociedade. Essa coisa do superencarceramento, do morticínio nas periferias, afetando especialmente os negros, os pretos, os pobres. Isso é um escândalo, e creio que esse pessoal não esteja muito se importando com isso. É a minha impressão, imagino que haja alguns casos que fujam dessa regra, não quero generalizar, mas essa é a minha impressão.

C, H, M: Falando sobre uso medicinal, como o senhor entende as diferenças, se é que existem para o senhor, entre uso medicinal e uso social?

PROF. MACRAE: Assim, eu penso que o uso terapêutico não pode ser completamente limitado ao uso isolado do THC ou do CBD. Há uma discussão sobre a questão do “efeito comitiva”. Você sabe, a *Cannabis*, a maconha, ela já tem em si um equilíbrio de elementos que interagem e se reforçam e que, quando você tira um deles, esse “efeito comitiva” perde a força. Então, o melhor uso é aquele que

se faz da maconha inteira, e não reduzida aos seus elementos químicos isolados. O Sidarta Ribeiro, por exemplo, é uma das pessoas que falam sobre isso, além do Rodrigo Quintela, que conheci no Daime e escreve sobre isso. Rodrigo chama a atenção, inclusive, para o efeito terapêutico da sociabilidade durante o consumo, algo a ver com um “uso lúdico”, um “uso social” que também é importante para o efeito terapêutico.

Regulação e mercados da *Cannabis*

C, H, M: Considerando todas essas mudanças que têm havido no mundo social da maconha no Brasil, o que o senhor acha do mercado que está se formando em torno da planta?

PROF. MACRAE: Bem, eu acho que o Brasil está perdendo uma grande oportunidade de ser um dos principais produtores de uma grande *commodity*. No sertão do Brasil, existe o polígono da maconha, uma região que parece que a maconha foi feita para esse lugar. Sabe aquele “plantando, tudo dá”? Tantos países já estão legalizando e formando um comércio internacional. É complicado, eu sei, mas eu acho que, em vez de estar preocupado em criminalizar e proibir, o Brasil deveria estar preocupado em incentivar mais uma produção e buscar uma forma de distribuir isso mundialmente. Isso não ocorre puramente por uma série de razões associadas a preconceitos históricos. Por isso que o Brasil não está entrando nesse barco. Agora, tem que tomar cuidado para, de repente, não virar mais uma soja, restrita aos grandes agricultores. Se isso ocorrer, novamente estaria prejudicando justamente aqueles grupos periféricos que já são muito estigmatizados, os pequenos varejistas da droga. Com uma regulamentação, devia-se pensar em uma forma de incluir esses setores numa nova economia. Eu tenho um amigo que fala assim: “Se nas favelas as pessoas pudessem plantar maconha nos telhados, nas lajes de suas casas, seria uma ótima fonte de renda para eles”. Pode parecer sonho utópico de maconheiro fumando, mas isso é sério! É sério! A gente tem que pensar nisso, tem que pensar em incluir esse povo nesse mercado, senão será mais um ganha-pão que a sociedade vai tirar deles.

C, H, M: Como o senhor vê essas leis que pretendem regular a distribuição do medicamento à base de *Cannabis* pelo Sistema Único de Saúde (SUS)? Porque, se isso se efetivar, o Estado será um grande nicho de mercado, não acha?

PROF. MACRAE: Ótimo, né? Ótimo que distribua pelo SUS. Agora, que o Estado e o SUS tenham que importar a maconha por um preço caríssimo, produzida em

outros países, isso me parece absurdo! É preciso regulamentar. É preciso que sejam garantidas as produções locais, pelas pessoas. Ou seja, que haja um preço razoável. Novamente, a minha posição, como a de várias outras pessoas, é que haja o cuidado para não deixar esse mercado na mão de grandes monopólios. Tem que se garantir o lugar do pequeno produtor. Acho que entra na discussão entre ter diferença ou não entre o uso “medicinal” e o uso “social”. Porque, se libera o uso medicinal, inevitavelmente isso reverbera no uso social. Seja em termos de legitimar o uso da maconha, quer dizer, assumir que não é uma coisa tão ruim no final das contas, porque está sendo produzida para a fabricação de remédios. Isso banalizaria o uso, o tornaria uma coisa mais normal e aceitável. Então, eu acho que a distribuição pelo SUS é importante, inclusive em termos ideológicos. Mesmo havendo uma série de problemas com as sugestões de *Cannabis* medicinal, eu acho que a legitimação desse uso já seria boa para a sociedade, em geral. Digo isso porque, embora essa questão do uso medicinal não seja uma coisa que eu tenha pesquisado em profundidade, eu tenho sido convidado para participar de eventos sobre o tema, e as pessoas sabem que eu não vou falar muito sobre *Cannabis* medicinal, sabem que não é minha especialidade, e que eu vou falar sobre outras coisas. Ou seja, elas querem ouvir essas outras coisas também.

Interesses e projetos atuais

C, H, M: Caminhando para o final de nossa conversa, se fosse se dirigir a jovens antropólogos, quais temas de pesquisa o senhor aconselharia para a atualidade?

PROF. MACRAE: Olha, algo do tipo de pesquisa que eu e alguns outros pesquisadores fizemos sobre a maconha, porém sobre a cocaína, sabe? Uma discussão sobre os diferentes usos da cocaína, em diferentes classes sociais. Há algumas décadas, a cocaína era considerada uma droga de elite, de ricos. Hoje em dia ela está em todas as camadas sociais. Ao menos tenho essa impressão, pelo que me dizem. Por exemplo, eu não sou um grande frequentador de jogos de futebol, mas me dizem que, durante os jogos nos estádios de futebol, as pessoas ficam nos banheiros cheirando, quase que abertamente. Comentei com um de meus orientandos que faz uma pesquisa sobre masculinidades em Salvador, para ele atentar a isso. Ele não se interessou em aprofundar o tema, mas é interessante perceber que há certos usos específicos de cocaína que vão se desenvolvendo em grupos específicos. Então seria isto: estudos mais detalhados sobre diferentes formas de usos

da cocaína, no sentido de um uso dito “social”. Bom, isso é o que me ocorre no momento.

C, H, M: Para finalizar, professor, gostaríamos que o senhor falasse sobre seus projetos atuais.

PROF. MACRAE: Eu estou aposentado e, por isso, não tenho feito muitas coisas. Terminei dois livros sobre o Santo Daime, durante a pandemia. Canalizei todo o meu “nervosismo”, toda a minha tensão, e joguei na escrita, então eu produzi bastante. Inclusive esse livro *A questão das drogas* (MACRAE, 2021) e dois outros livros sobre o Santo Daime foram produzidos e publicados. Tenho mais dois livros sobre o Santo Daime que estão no prelo. Além disso, estou organizando uma coletânea sobre maconha, da mesma forma que eu fiz com o livro *Fumo de Angola* (MACRAE; ALVES, 2016). A coletânea será formada basicamente com textos antigos. É uma tentativa de reunir tudo o que existe sobre o tema, quase todos os artigos socioculturais sobre maconha publicados desde o início do século XX. Essa coletânea deve sair no ano que vem.

Referências

BECKER, Howard Saul. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. São Paulo: Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2008.

MACRAE, Edward; SIMÕES, Júlio Assis. *Rodas de fumo: o uso da maconha entre camadas médias*. Salvador: EdUFBA, 2000.

MACRAE, Edward; ALVES, Wagner Coutinho (ed.). *Fumo de Angola: canabis, racismo, resistência cultural e espiritualidade*. Salvador: EdUFBA, 2016.

MACRAE, Edward. *A questão das drogas: pesquisa, história, políticas públicas, redução de danos e enteógenos*. Salvador: EdUFBA, 2021.

MACRAE, Edward; MEDEIROS, Regina; ALENCAR, Rosa (org.). *Pesquisa de verdade ou pesquisa de boca?: enfrentamentos metodológicos e éticos em pesquisas sociais no mundo dos psicoativos*. Salvador: EdUFBA, 2023.